

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDEVALD MARQUES FERREIRA JUNIOR

**PROPRIEDADE INTELETUAL NA INTERNET: A ERA DA INFORMAÇÃO E A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO AUTOR**

CURITIBA
2008

EDEVALD MARQUES FERREIRA JUNIOR

**PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INTERNET: A ERA DA INFORMAÇÃO E A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO AUTOR**

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Carlos Eduardo Manfredini Hapner

CURITIBA
2008

À minha família, especialmente minha mãe, quem através de seu apoio me possibilitou tomar as decisões certas ao longo dos anos.

Aos grandes amigos Eduardo, William F. e Luiz Gustavo. Obrigado pelo apoio, compreensão e principalmente paciência.

Dedico e agradeço.

"Toda verdade instalada, mesmo aquela a que
aderi, é suspeita".

José Saramago

RESUMO

O presente estudo procura realizar um breve relato sobre como são tratados os direitos autorais em face ao surgimento de novas tecnologias, em especial a Internet. Identificando o início da Internet o que culminou no surgimento do que podemos chamar a era da informação, procura-se mostrar algumas alternativas para uma melhor proteção dos direitos do autor sem que esta se torne abusiva. Torna-se necessário achar um equilíbrio entre os interesses públicos e privados no diz respeito ao uso de obras na Internet. Por fim tenta-se identificar as influências da sociedade da informação no modo de se ver a propriedade intelectual, demonstrando a transformação dos direitos autorais em bens de consumo e a necessidade de uma mudança do Direito para acompanhar as mudanças da sociedade e os avanços tecnológicos.

Palavras-chave: Direitos Autorais. Internet. Sociedade da informação.

ABSTRACT

The present study it aimed to do a brief report on as the copyrights are dealt in face to the sprouting of new technologies, in special the Internet. Identifying the beginning of the Internet what it culminated in the sprouting of what we can call the age of the information; it is looked to show some alternatives for a better protection of the copyrights without abuse. It becomes necessary to find a balance between the public and private interests in respect to the use of workmanships in the Internet. Finally it is tried to identify the influences of the society of the information in the way of if seeing the copyright, demonstrating the transformation of the copyrights in consumption good and the necessity of a change of the Law to follow the technological advances and the social mutations.

Key words: Copyright. Internet. Information Society,

SUMÁRIO

Capítulo I – O direito na era digital	1
1.1 A era da informação	1
1.2 A Internet	4
1.3 A <i>World Wide Web</i>	7
1.4 O papel do Direito	9
Capítulo II – Direito Autoral na Internet – Apontamentos e alternativas	15
2.1 Introdução	15
2.1.1 A questão do <i>software</i>	19
2.2 O <i>Fair Use</i>	21
2.3 O <i>Creative Commons</i>	23
2.4 <i>Software Livre</i>	26
2.5 <i>Digital Rights Management</i>	30
2.6 A legislação e as medidas tecnológicas de proteção do direito do autor (direito comparado)	32
Capítulo III – A transformação da criatividade em mercadoria	36
Referências Bibliográficas	43

Capítulo I – O direito na era digital

1.1 A era da informação

O desenvolvimento da informática, iniciado em meados da década de 60 e duradouro até os dias atuais, resultou no surgimento de uma nova era: A era da informação, representada pela dita sociedade da informação. Pela primeira vez na história da humanidade é possível uma organização e domínio da informação de um modo nunca antes visto, através da utilização de computadores, da Internet e de outras tecnologias relacionadas¹. Com isso, a informação passa a ter um papel cada vez mais importante, consagrando-se em um elemento estratégico decisivo para a evolução social e mudança de comportamento dos povos².

Não se pode deixar de lado a importância que a informação assumiu na sociedade contemporânea. Contudo devemos ficar atentos às conseqüências desta constatação. A presença cada vez mais forte dos computadores em nossas vidas, a capacidade de coletar e analisar dados, seja pelos Estados seja pelas empresas, e ainda a possibilidade de disseminação destes dados através das rápidas vias das telecomunicações, nos têm proporcionado benefícios e malefícios³.

Podemos apontar como vantagens a aproximação das civilizações e das pessoas, colocando todos em contato potencial com todos, permitindo a rápida propagação dos conhecimentos e experiências, sendo um elemento difusor do progresso e ajudante na resolução de problemas mundiais tais como moléstias, crime organizado, ameaças ao meio ambiente⁴. Também devemos mencionar o grande aumento dos meios culturais disponíveis, o que proporciona uma maior visão e entendimento das diferentes realidades com as quais o mundo convive.

¹ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 1.

² ASCENSÃO, José de Oliveira. *Sociedade da informação e mundo globalizado*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 19.

³ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 2.

⁴ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Sociedade da informação e mundo globalizado*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 20.

Da mesma forma há de se demonstrar as desvantagens. Em primeiro lugar percebe-se que a maneira que a sociedade da informação se desenvolve, implica, em muitas situações, numa forma de beneficiamento desproporcionado aos países mais ricos, em contraposição a uma estagnação, ou até mesmo agravamento, da situação dos demais, o que faz com que o Direito Internacional passe a ser um instrumento de justificação das práticas daqueles que apresentam a maior força política ou econômica⁵. Em segundo lugar, percebemos que essa aproximação dos povos, decorrente do processo de informatização (principalmente no que diz respeito à Internet), tem funcionado muitas vezes como uma forma de desvirtuamento de cada povo, submetidos a um processo de padronização acelerada, o que permite a dispensa um grande esforço dos países “exportadores de cultura”. Assim a cultura dos países dominantes é mais facilmente aceita pelos outros, o que por fim acaba por levar a um sacrifício da identidade cultural de muitos⁶.

Por fim podemos dizer que a informação dentro da sociedade globalizada é por si só uma riqueza, além de ser uma geradora da mesma. Dito isso, fica evidente que esta característica atrai o crime, deixando estas riquezas vulneráveis ao estrago, perda ou extravio⁷. Também não podemos deixar de lembrar dos crimes (que se utilizam da informação e dos meios digitais) que atentam contra a liberdade e privacidade do cidadão.

A rapidez com a qual o desenvolvimento tecnológico vem se inserindo no corpo social é impressionante, todavia, tal inserção não ocorre de forma linear, ou seja: nem todos os segmentos da sociedade experimentaram o impacto ou benefícios que a revolução da informação trouxe⁸. Dessa forma, uma nova gama de excluídos surge, já que estes não têm a possibilidade de se comunicar com a

⁵ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Sociedade da informação e mundo globalizado*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 21.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 2.

⁸ WACHOWICZ, Marcos, *Os direitos da informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 41.

mesma precisão e velocidade dos aqueles que estão plenamente inseridos na troca de informação mediada por computadores⁹.

Que a tecnologia digital é uma realidade em constante mutação e desenvolvimento não há dúvida. A questão que fica é se o direito tem capacidade de preencher as lacunas objetivas decorrentes destas mutações. Isto é, se o direito não terá de mudar a sua “maneira de pensar” ou de passar por uma mudança estrutural para caminhar ao lado do progresso da tecnologia digital e, por consequência, da própria sociedade da informação.

“O grande desafio para o direito é a compreensão e o acompanhamento dessas inovações, garantindo assim a pacificação social, o desenvolvimento sustentável dessas novas relações e, acima de tudo, a manutenção do próprio Estado Democrático de Direito. Aos operadores do direito cabe a difícil tarefa de estudar e encontrar respostas, sensatas e inteligentes, para os novos desafios advindos desse novo paradigma, fazendo com que a pessoa humana e as novas tecnologias possam coexistir dentro de uma nova concepção de mundo¹⁰”.

O Estado desempenha uma função muito importante nessa nova realidade. Não uma função de formular reservas ou limitar o acesso à informação, mas sim, de evitar que terceiros, imponham qualquer tipo de reserva¹¹, evitando assim que empresas privadas, partidos políticos, ONG’s e, porque não, até mesmo o próprio Estado, venham a criar um monopólio da informação, determinando o que as pessoas possam vir a pensar e fazer. A fiscalização é necessária, mas é importante que seja feita em duas vias (por parte do Estado e dos entes privados) a fim de evitar abusos por qualquer lado que seja.

Aires José Rover¹² citando Octávio Ianni diz que a informática, como parte do processo de desenvolvimento tecnológico, transforma radicalmente os processos

⁹ SILVEIRA, Amadeu da. *Exclusão Digital*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pg. 17.

¹⁰ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 3-4.

¹¹ WACHOWICZ, Marcos, *Os direitos da informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 49.

¹² Doutor em direito e professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Vide <http://infojur.ufsc.br/aires>.

de trabalho e produção, bem como as formas de sociabilidade. Indivíduos e coletividades se movem e se reproduzem cada vez mais através de técnicas e procedimentos informáticos. A produção, distribuição e troca de diversos bens como a educação, saúde, esporte, religião, política e governo estão passando por esse processo de mediação tecnológica¹³.

Verifica-se então, que na sociedade contemporânea, a informação acaba por tornar-se o que de mais valioso existe sendo que através dela os integrantes desta “aldeia global” podem abstrair-se das leis da natureza, formalizando novas idéias¹⁴. Essa troca de informação praticamente em “tempo real” só se tornou possível através do desenvolvimento de novas tecnologias, em especial a Internet, pois esta permite assegurar que as mensagens emitidas cheguem a todos os destinos não havendo praticamente meios que as parem ou as excluam¹⁵.

1.2 A Internet

A Internet pode ser considerada como uma imensa rede, que se configura como um somatório de diversas outras redes que possibilita que milhões de computadores no mundo inteiro estejam conectados, interligados, com o objetivo de executar diversas funções tais como correspondências (*e-mails*), comércio (*e-commerce*), governabilidade (*e-government*), ensino (*e-learning*)¹⁶, se configurando como uma grande ferramenta para integração das economias locais. Outros a conceituam como uma rede mundial de sistemas de computadores, conectados por fios de alta velocidade e que compartilham um protocolo¹⁷ que permitem que estes

¹³ IANNI, Octávio. *Tipos e Mitos da Modernidade*. 2003.

¹⁴ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 4.

¹⁵ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Sociedade da informação e mundo globalizado*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 19.

¹⁶ RESINA, Jane. *Desmistificação da Internet para advogados*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 28.

¹⁷ Como são chamados os formatos de mensagens e de regras dos computadores conectados que precisam ser obedecidos para que a troca de mensagens seja permitida.

computadores comuniquem-se entre si¹⁸. Há também, se é que assim podemos chamar, os mais românticos como a autora Esther Dyson que escreveu a obra *Release 2.0: a nova sociedade digital* que define a Internet como “um ambiente vivo, um lugar onde as sociedades, as comunidades e as instituições possam crescer, (...) a estrutura emerge das ações individuais em vez de originar-se de alguma autoridade ou governo central¹⁹”.

A Internet surgiu em meados da década de 60 como uma importante arma na guerra fria. Inicialmente tinha uso estritamente militar e interligava a unidades da ARPA (*Advanced Research Projects Agency*), um dos órgãos do então governo norte-americano²⁰.

A rede teve um grande avanço a partir de 1973, quando Robert Kahn e Vincent Cerf (este último pertencente ao departamento de pesquisa avançada da Universidade da Califórnia e principal responsável pelo projeto), criaram o chamado Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet, o TCP/IP. Esse sistema permite que computadores que apresentam características diferentes possam trocar informações entre si. Em outras palavras, é a linguagem universal da rede²¹, permitindo a comunicação de diversos usuários que estão a milhares de quilômetros de distância.

“Outras aplicações foram propostas nos dias iniciais da Internet, incluindo comunicação de voz (precursora da telefonia via Internet), vários modelos de compartilhamento de arquivos e discos, e os primeiros programas que mostraram o conceito de agentes (e vírus). Um conceito-chave da Internet é que ela não é desenhada para apenas uma aplicação, mas é uma infraestrutura genérica na qual novas aplicações podem ser concebidas, como aconteceu com a *World Wide Web*. Foi e é a natureza do serviço provido pelos protocolos TCP e IP que tornam isso possível²²”.

¹⁸ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 8.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ RESINA, Jane. *Desmistificação da Internet para advogados*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 29.

²¹ *Idem*.

²² LEINER, Barry M.; CERF, Vincent G.; CLARK, David D.; KAHN, Robert E.; KLEINROCK, Leonard; LYNCH, Daniel C.; POSTEL, Jon; ROBERTS, Larry G.; WOLFF, Stephen. *A Brief History of The Internet*. Tradução: www.aisa.com.br. Disponível em www.aisa.com.br/historia.html. Acesso em: 22 de setembro de 2008.

A este ponto é necessário fazer uma afirmação. A Internet não se confunde com a *World Wide Web*. Esta devido a sua amplitude significa o meio pelo qual o correio eletrônico, os servidores FTP²³, a WWW, o *Usenet*²⁴ e outros serviços trafegam²⁵.

O vertiginoso aumento de números de usuários, facilmente observável principalmente nos últimos dez anos, é evidenciado pela possibilidade de mutação de conteúdos na rede. Cada vez mais informações estão disponíveis, aumentando o interesse de todas as parcelas da população mundial pelo que se passa dentro deste ambiente digital. Porém, esse aumento de participação e de acessos da sociedade em geral surgiu em decorrência dos constantes avanços tecnológicos ligados a exploração da Grande Rede. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento da telemática (convergência de computadores e telecomunicações²⁶) que promoveu uma grande melhoria na transmissão de dados e arquivos e na tecnologia de vídeos.

Nas palavras de Gustavo Testa Corrêa:

“Na medida em que a quantidade de usuários da Internet cresce, um grande número de companhias explorará os potenciais de propaganda, publicidade, e venda de mercadorias através da Rede, sendo assim, responsáveis pela identificação das necessidades desses usuários e, também, pela mudança da concepção do comércio, fazendo do ciberespaço um ambiente mais confiável e seguro²⁷”.

A discussão sobre o que seria a Internet se torna tão complexa que muitos dizem que é impossível a definir, classificando-a como a primeira coisa que a humanidade criou e não é capaz de entender em sua plenitude podendo ser dita

²³ Protocolo utilizado para troca de arquivos entre computadores.

²⁴ Rede utilizada para distribuição de itens e mensagens.

²⁵ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 8.

²⁶ *Idem*, pg. 9.

²⁷ *Idem*.

como a maior experiência de anarquia que a sociedade já presenciou²⁸. Com isto, cabe ao direito, seus operadores e pensadores a encontrar o espaço ao qual o direito preenche dentro das relações que advém da multiplicação de situações que surgem a cada dia na Grande Rede. Cabe ao direito demonstrar que a Internet não se trata de uma terra sem lei como muitos a desejam.

1.3 A World Wide Web

Datada de março de 1989, a World Wide Web, ou WWW, foi desenvolvida por Tim Bernes-Lee do Laboratório de Física de Genebra e consiste num sistema de hipertexto²⁹ que possibilita que os usuários tenham acesso a sons, imagens e textos formatados. Pode-se dizer que é a parte multimídia da Internet³⁰, estando ligada a utilização de um padrão universal, um protocolo, que permite o acesso dos computadores ligados à Rede ao hipertexto, relacionando todas as informações descritas na tela³¹. Apesar de sua gênese se dar na década de 80 do século passado, a WWW só teve capacidade de efetivamente alcançar um grande público quando o Laboratório de Física de Genebra firmou um acordo com o MIT³² em 1994 criando o projeto *W3 Organization*, o qual um ano mais tarde culminou em um conjunto de organizações denominado *World Wide Web Consortium*³³, o que possibilitou um explosivo crescimento do sistema.

A WWW se configura num conjunto de padrões que permitem a utilização da Internet por meio de programas navegadores, os chamados *browsers*, que tiram as vantagens deste conjunto de padrões pela utilização do hipertexto com a

²⁸ Afirmação feita por Eric Schmidt, ex-executivo da *Sun Microsystems* (*nasdaq*: JAVA) que é uma empresa fabricante de computadores, semicondutores e software com sede em Santa Clara, Califórnia, no *Silicon Valley*.

²⁹ Desenvolvido por Ted Nelson (pesquisador do MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts)) nos anos 70 do século passado. Consiste em um documento que possui palavras que, sendo selecionadas, direciona o usuário para outro documento, relacionado àqueles vocábulos.

³⁰ RESINA, Jane. Manual de Direito Eletrônico e Internet. Renato M. S. Opice Blum, Marcos da Silva Bruno, Juliana Canha Abrusio (coordenadores). São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 32.

³¹ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 11.

³² Instituto de Tecnologia de Massachusetts

³³ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 13.

multimídia³⁴. O termo WWW vai representar o conjunto de computadores que utilizam do protocolo HTTP (*Hypertext Transport Protocol*) para levar informações para a tela dos usuários³⁵. Este protocolo permite que os mesmos possam trocar informações possibilitando a navegação pelos *sites*. Porém para que tudo isso possa acontecer, se torna necessária a contratação de serviços de um provedor de acesso. Este vai fazer a ligação do usuário com a Rede, permitindo o acesso às informações postas na Internet, sejam elas em forma de vídeo, texto ou imagens.

O funcionamento da WWW baseada na utilização do protocolo HTTP está dividido em quatro fases. A primeira delas diz respeito à conexão, onde o usuário procura entrar em contato com o servidor³⁶. A segunda é representada pelo requerimento onde ocorre a especificação do protocolo definindo o tipo de servidor. A terceira fase é a resposta. Nesta fase é que ocorre a troca de informações, a visualização de arquivos, entre outras possibilidades de interação que a Grande Rede proporciona. Por fim temos o fechamento, que nada mais é do que o encerramento do contato, da conexão, entre o navegador e o servidor.

O constante desenvolvimento desse sistema o torna cada vez mais atrativo aos olhos de quem o utiliza, o que faz com que a Internet esteja em um ininterrupto crescimento abarcando cada vez mais possibilidades de entretenimento e armazenamento de informações. Por esse motivo que a WWW se mostra como uma importantíssima ferramenta para o desenvolvimento e manutenção da chamada sociedade da informação. Ora, se a informação pode ser considerada uma das mais importantes riquezas do mundo contemporâneo se torna extremamente útil e necessário ter um mecanismo que permita que esta riqueza seja difundida, distribuída e, porque não, até mesmo negociada. A WWW e a Internet permitem que tudo isso seja realizado em um curtíssimo espaço de tempo, e melhor, de qualquer

³⁴ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000, pg. 11.

³⁵ RESINA, Jane. *Desmistificação da Internet para advogados*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg 32.

³⁶ Também chamado de troncos, os servidores são responsáveis pelo tráfego de informações na Internet.

parte do mundo, bastando apenas que estejamos munidos de um computador que permita o acesso à Grande Rede.

1.4 O papel do Direito

E o Direito, onde se encontra nisso tudo? Por mais que a Internet seja algo não totalmente compreendido pelo homem e se mostre como algo de difícil controle efetivo, a Rede não pode ser considerada uma “terra sem lei”, um “vazio jurídico”. As ações realizadas no mundo digital são reguladas pelo Direito e ensejam responsabilidade daquelas que as normas jurídicas desrespeitam.

O problema reside no fato de a distribuição de informações, imagens, vídeos, programas, poder ser facilmente realizada através da Grande Rede o que transmite para muitos uma sensação de “liberdade” (uma das coisas mais prezadas pelos usuários), um sentimento de que tudo pode ser feito e que qualquer tentativa de controle ou regulação restringiria de forma inequívoca o potencial que a Internet possui. Entretanto, como no “mundo real”, no “mundo virtual”, a liberdade deve ter seus limites. Isso para sua própria existência e manutenção.

No dizer de Marlon Marcelo Volpi³⁷:

“Paradoxalmente ao conceito de liberdade, estereotipado a partir da popularização da Internet, faz-se necessária uma mudança comportamental da sociedade dos usuários, permitindo a sua submissão a mecanismos que garantam a integridade do conteúdo e que possibilitem a identificação do autor. A credibilidade da Internet depende diretamente do grau de confiabilidade que seus usuários podem depositar sobre ela. A falta de confiança nas transações eletrônicas resulta no seu descrédito e, conseqüentemente, na limitação do seu uso³⁸”.

³⁷ Advogado em Blumenau-SC, autor da obra “Assinatura Digital: Aspectos Técnicos, Práticos e Legais”, vide *site* www.volpi.adv.br

³⁸ VOLPI, Marlon Marcelo. *Um Contrato Social para a Internet*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 49.

A dificuldade em se identificar quem realiza atos dentro do ciberespaço facilita o surgimento de diversos procedimentos que tem como fim a execução de atos ilícitos. Atos estes que resultam tanto em danos patrimoniais como em danos morais. E pior, os que utilizam as possibilidades da Grande Rede para a consecução de fins moral, ética e legalmente questionáveis, geralmente procuram se aprofundar em questões técnicas, deixando ainda mais difícil a identificação da autoria de tais atos³⁹.

A maioria dos usuários da Internet não se importa com a possibilidade de monitoramento, porém numa grande contradição, questionam se um controle do que realizam dentro da Rede não acabaria por infringir a privacidade pessoal. De fato, é uma preocupação justificável, já que não se sabe quem seria capaz de realizar tal controle e qual seria o destino das informações coletadas através do mesmo.

Mais uma vez nos deparamos com a constatação de que a Internet se apresenta como um conceito nunca antes apreciado pela humanidade. A partir disso percebemos a necessidade da criação de um mecanismo de segurança o qual promovesse a identificação do usuário sem que essas informações pudessem ser utilizadas para outros fins, ou por outras pessoas⁴⁰. Não podemos dizer que não existam meios de identificação de acesso na Internet. Quando nos conectamos ao servidor, um número identificado pela sigla IP⁴¹ é gerado, o qual possibilita a identificação do computador que está acessando determinado lugar na Rede. Porém, este sistema de identificação pode ser questionado sendo que muitas vezes este número pode ser ocultado ou modificado de modo que não se tenha precisão na identificação do usuário.

Toda essa discussão traz um novo fator à baila. Se um mecanismo de reconhecimento e identificação fosse criado quem teria a competência para administrá-lo? Tal tarefa (de extrema importância, diga-se de passagem) se

³⁹ VOLPI, Marlon Marcelo. *Um Contrato Social para a Internet*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 53.

⁴⁰ *Idem*, pg. 54

⁴¹ *Internet Protocol*

realizada por entidades privadas poderiam levar a que os usuários fiquem limitados ao interesse destes entes, acabando com a tão esmerada liberdade dentro da Rede. Por outro lado, se uma fiscalização como esta fosse realizada pelo Estado estaríamos à mercê de um abuso de autoridade por parte da administração pública fazendo com os usuários tivessem a privacidade ameaçada.

“O que se propõe, no caso da Internet, não é a necessidade de uma entidade maior, para fazer respeitar o direito da sociedade. Este papel, bem ou mal, já é desempenhado pelos Estados. O que se faz necessário é a existência de um mecanismo seguro de identificação de cada usuário que se conecta à Internet⁴²”

Um outro ponto a prestar atenção neste contexto é a facilidade com que através de programas pode-se manipular ou direcionar o usuário dentro da Internet. É possível, por exemplo, que um *site* de pesquisa mostre, como resultado da consulta, apenas *sites* que apresentem opiniões semelhantes as dos administradores do próprio *site* que possibilita a busca. Neste ponto restaria a dúvida se um sistema de identificação não serviria de pretexto para ações como esta.

Na verdade a questão abordada tem sua importância na possibilidade de se identificar e responsabilizar aqueles que utilizam a Internet para realização de atos ilícitos, principalmente no que tange a propriedade intelectual (foco principal deste estudo), já que os direitos dos autores são, sem dúvida, um dos mais afetados pelo desenvolvimento das novas tecnologias virtuais.

A facilidade com que se troca informações dentro do ciberespaço causa um grande impacto na idéia da propriedade intelectual, levantando inúmeras questões na efetividade de sua aplicação e proteção dentro da Rede.

⁴² VOLPI, Marlon Marcelo. *Um Contrato Social para a Internet*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 53.

Tradicionalmente, a questão da propriedade intelectual sempre foi vista de forma essencialmente jurídica⁴³. Esta afirmação ficou mais clara quando da revolução digital o Direito respondeu com novas regulamentações, estendendo prazos, aumentando penas. Juridicamente, a propriedade intelectual nunca foi tão protegida, o que na prática parece não surtir muito efeito, já que a questão ainda perturba a mente dos interessados⁴⁴.

Uma abordagem unicamente jurídica, sem levar em conta, a influencia de diversos outros fatores, como, por exemplo, a necessidade e a prática social, aliado a falta de preocupação em se prever as possibilidades de desenvolvimento dos programas de informática, impossibilitou que essas novas regras fossem efetivamente respeitadas. Deve-se estar ciente que a tecnologia tem papel fundamental dentro da proteção dos direitos autorais dentro do meio digital, sendo que através dela é que se encontra os limites técnicos e econômicos de uma real proteção a estes direitos.

A utilização de meios inconvenientes pode servir de impulso à ilegalidade e pirataria. Para uma aplicação satisfatória dos princípios jurídicos no mundo virtual há de se considerar questões que envolvem privacidade, praticidade e segurança de maneira que beneficiem os usuários, lhes trazendo diferenciais interessantes tornando menos atrativo os meios ilegais⁴⁵. Isso vai estar atrelado à idéia de consciência popular, sendo esta uma forte aliada no combate à violação dos direitos referentes à propriedade intelectual. Isto porque “a simples imposição de regras legais não leva usuários a terem condutas que, segundo seus valores, lhes parecem absurdas ou injustas⁴⁶”. Essa consciência popular, que abarca o reconhecimento da necessidade de remuneração por parte do criador da obra intelectual, esbarra muitas vezes em outros fatores que acabam por desmotivar o usuário a respeitar as

⁴³ ROVER, Aires J.; WINTER, Djônata. *A revolução tecnológica digital e a proteção da propriedade intelectual*. In: In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 81.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Ibidem*, pg. 83.

⁴⁶ *Ibidem*, pg. 87.

determinações legais. Dentre estes fatores podemos citar um exagero na proteção técnica (o que dificultaria a utilização) e a implantação de modelos empresariais que não levam em conta a realidade econômica de quem acessa a Internet⁴⁷.

Posto isso é preciso se ater a mais um detalhe: o equilíbrio. Devido a todas as transformações que as inovações tecnológicas trouxeram a sociedade e a importância que a informação adquiriu no mundo atual, é necessário que haja um balanceamento entre os interesses privados e os interesses públicos. Ou seja, deve-se encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de remuneração por parte de quem cria⁴⁸ e o desejo que as descobertas realizadas por tal pessoa possam ser divulgadas, atingindo um grande número de pessoas proporcionando um avanço na sociedade⁴⁹.

O Estado, ao exercer o seu papel de regulação na proteção dos direitos do autor, não pode, em defesa do interesse público, ser um instrumento de devassa exploratória, abusando de seu poder e não dando o devido crédito ao criador de determinada obra⁵⁰. Da mesma forma, quem desenvolve uma obra de grande repercussão não pode deixá-la “reclusa” de uma forma que não se aproveite as possibilidades de melhoria geral que ela possa trazer.

“Uma solução que consiga trazer um equilíbrio de interesses deve primeiramente reconhecer que o problema da propriedade intelectual é muito mais complexo do que uma simples questão jurídica. Naturalmente, a propriedade intelectual é, antes de tudo concebida como construção legal, mas, embora a lei imponha o que devemos fazer ou deixar de fazer, constrangimentos igualmente poderosos surgem de outras forças como a

⁴⁷ ROVER, Aires J.; WINTER, Djônata. *A revolução tecnológica digital e a proteção da propriedade intelectual*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 88.

⁴⁸ Caso contrário é bem provável que não haveria interesse em desenvolver alguma atividade intelectual, ainda mais em uma sociedade como a nossa que gira basicamente em torno da obtenção e multiplicação de recursos monetários.

⁴⁹ ROVER, Aires J.; WINTER, Djônata. *A revolução tecnológica digital e a proteção da propriedade intelectual*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 80.

⁵⁰ PAULON, Rosana Marques. *A propriedade intelectual na Internet: aspectos tributários*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg. 160.

dos mercados, das normas sociais e das possibilidades tecnológicas de *hardware* e *software*⁵¹”.

Com toda essa problemática percebemos que o papel do direito dentro desta nova sociedade, que tem na informação um de seus pontos mais importantes, é o de no meio de tantos paradoxos e questionamentos, tentar oferecer uma resposta coerente às dificuldades impostas pela grande quantidade de mudanças. “A propriedade intelectual, como todo produto do trabalho humano, se modifica no tempo e na história e por estes é determinada⁵²”. Se as determinações jurídicas, dentro do mundo virtual, principalmente no que diz respeito à propriedade intelectual, não vivem uma época de eficácia efetiva, é pelo fato de deixar de lado outros fatores além dos jurídicos para suas construções.

⁵¹ Aires J. Rover citando NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. *The Digital Dilemma: Intellectual Property in The Information Age*. Washington, 2000.

⁵² ROVER, Aires J.; WINTER, Djônata. *A revolução tecnológica digital e a proteção da propriedade intelectual*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002, pg.. 82.

Capítulo II – Direito Autoral na Internet – Apontamentos e alternativas

2.1 Introdução

O aparecimento de novas tecnologias sempre trouxeram implicações históricas no sistema regulador dos direitos autorais. Isso fica mais evidente com a revolução tecnológica proporcionada pelo desenvolvimento dos computadores e, conseqüentemente, da Internet. Ambos sofrem revoluções diárias e seus usuários encaram diariamente verdadeiras revoluções nos conceitos e modos com que a informação pode adquirida, transmitida e utilizada⁵³.

Toda essa velocidade de mudanças causa conflitos nos mais diversos ramos sociais e, especialmente, no que diz respeito aos Direitos Autorais. Os textos normativos que regulam estes direitos determinam em seus artigos as faculdades que o autor possui a criar uma obra. Tomando por base a Lei 9609/1998 (lei do *software*) e a Lei 9610/1998 (lei dos direitos autorais) procurarei identificar algumas das faculdades do autor e suas repercussões com o advento da Internet.

Segundo o art. 11 da Lei 9610/1998 autor é a pessoa criadora da obra artística, literária ou científica, isto é, o criador intelectual da obra. Então para que o fruto de sua criação intelectual seja protegido e possa ser aproveitado economicamente, a lei (também a Convenção de Berna, que é uma convenção internacional que regula os direitos autorais) citada estabelece ao autor algumas faculdades. Estas estão ligadas tanto a aspectos de criação da obra quanto de sua fruição.

A primeira destas faculdades é a fixação, que se caracteriza como a materialização do primeiro exemplar, um suporte físico a criatividade do autor⁵⁴. Este

⁵³ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 107.

⁵⁴ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 179.

suporte precisa ser estável o suficiente para que possam surgir novos exemplares. A partir disso podemos falar então em reprodução. Segundo o inciso VI do art. 5 da lei brasileira dos direitos autorais reprodução seria a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma de qualquer forma tangível, incluindo qualquer espécie de armazenamento permanente ou temporário, incluindo os meios eletrônicos ou qualquer outro que possa vir a ser desenvolvido. O autor é o único que pode permitir que sua obra possa ser reproduzida, contudo, deve-se fazer uma ressalva. A reprodução, pó si só, seja ela em uma ou mais cópias, só se configurará em ato ilícito se tiver como objetivo a exploração econômica⁵⁵. Como bem coloca José de Oliveira Ascensão “não é possível admitir que o autor possa vincular livremente os exemplares da obra em poder de terceiros⁵⁶”.

Uma outra faculdade do autor é de colocar a obra em circulação, chamada de distribuição. Versa sobre o assunto o inciso IV do art. 5 da lei 9610/1998⁵⁷ e trata-se nada mais do que a faculdade que tem o autor de autorizar a distribuição da sua obra ou não.

Por fim tem-se a comunicação da obra ao público, que pode ser encarada com uma *apresentação ao público*⁵⁸. No dizer do artigo quinto inciso V da lei de direitos autorais considera-se comunicação ao público: “ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares⁵⁹”.

⁵⁵ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 178.

⁵⁶ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, pg. 168.

⁵⁷ Art. 5 Para os efeitos desta Lei, considera-se:, inciso IV: distribuição - a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

⁵⁸ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 178.

⁵⁹ Art. 5, inciso V da Lei 9.610/1998

O advento e crescimento da Internet geraram controvérsias em relação a estas faculdades. A reprodução, por exemplo, cria uma discussão complicada. Se ao realizar um *download* de arquivo, o usuário o gravar em um CD ou DVD, claramente está reproduzindo, porém, se isso não fizer a questão ganha em complexidade. Pode-se baixar o arquivo e não gravá-lo em lugar algum. Ele pode ficar na memória do computador para ser visualizado pelo usuário quando este bem entender.

Para o professor José de Oliveira Ascensão esse seria um caso onde não haveria desrespeito ao direito autoral. Citado por Leonardo Tessler, versa o professor:

“A armazenagem de dados no computador representa tecnicamente fixação, e esta é figura distinta da reprodução. A memorização em computador não está incluída no direito de fixação [podendo] ser quando muito, operação prévia de reprodução, mas não é ainda reprodução. Ora, só com a reprodução o autor é atingido⁶⁰”.

Com isso a memorização como ato anterior à reprodução não traria prejuízos aos direitos do autor. Isso só aconteceria com a reprodução com intuito de exploração econômica⁶¹. Numa outra corrente podemos destacar o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o qual determina que a armazenagem de qualquer obra protegida em um suporte eletrônico constitui um ato de reprodução⁶².

No que diz respeito à visualização, que na Internet é realizada através dos *sites*, parece-me sensato concordar que isto não fere os direitos do autor. Apesar de quando acessarmos uma página na Internet várias “cópias” do que foi visto fica armazenado no computador⁶³, quando o mesmo é desligado essas cópias aparentes

⁶⁰ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, pg. 478-479.

⁶¹ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 187.

⁶² *Idem*, pg. 188.

⁶³ Estas “cópias” são armazenadas pela *Random Access Memory (RAM)*, que por sua vez, recebe todas as informações da Rede.

desaparecem, caracterizando assim uma armazenagem temporária que nada tem a ver com reprodução descrita do Tratado da OMPI⁶⁴.

No que tange ao direito de comunicação de obra ao público, a grande maioria entende que o ato de tornar algo disponível em *site* já configura comunicação ao público. Esse é o entendimento do Tratado da OMPI, da Diretiva da União Europeia de Direitos Autorais e do *Digital Millenium Copyright Act*⁶⁵ (o qual será apreciado mais à frente). Logicamente, o único que possui a faculdade de disponibilizar algo na Rede é o próprio autor.

A lei brasileira, por sua vez, adotou outra postura ao classificar a disponibilidade de obra na Internet como armazenamento em computador e não como comunicação ao público⁶⁶. Mais uma vez o professor Ascensão, citado por Leonardo Tessler, nos esclarece:

“A reserva ao autor da faculdade de armazenamento em computador só se compreende quando os dados assim armazenados estiverem à disposição do público: só então há utilização pública da obra. Doutro modo trata-se de uma utilização meramente privada, que cai na esfera da liberdade de cada um. Temos assim que a lei devidamente interpretada, reserva ao autor a armazenagem da obra em computador, de tal modo que fique está disposição do público. Mas com isso, está determinada afinal a sede da faculdade de colocação em rede à disposição do público. O direito brasileiro sempre a prevê: contemple-a como a faculdade do autor de autorizar a integração em computador, de tal modo que permita a utilização pública da obra. Só o autor pode assegurar semelhante integração⁶⁷”.

O próprio Leonardo continua:

“Entenda-se que, em havendo utilização privada dos dados, tal ato não fere direito do autor. Este se manifesta somente quando houver a utilização pública da obra... A conclusão a que chega o professor Ascensão decorre da interpretação do art. 29 da Lei de Direitos Autorais. E parece acertado.

⁶⁴ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 186-187.

⁶⁵ *Idem*, pg. 191.

⁶⁶ *Ibidem*, pg. 192.

⁶⁷ ASCENSÃO, José de Oliveira. *A recente lei brasileira dos direitos autorais, comparada com os novos tratados da OMPI*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pg. 583.

Entender a obra na Internet como armazenamento em computador não só amplia os direitos dos usuários da rede, como não desnatura a essência do instituto da comunicação ao público, caso assim fosse classificada⁶⁸.

Por fim, vamos tratar da distribuição. A definição dada pela lei 9610/1998 fala no tema ligando-o a idéia de transferência de posse ou propriedade, não importando se é realizada através da venda, locação ou qualquer outra forma que se possa concretizar essa transferência. Assim a lei afirma que a distribuição pressupõe objeto tangível⁶⁹.

O problema reside exatamente neste fato, já que na Internet tem-se contato com a obra através da transferência eletrônica, que foge da noção de tangibilidade⁷⁰. O artigo 6 do Tratado de Direito Autoral da OMPI trata da questão semelhantemente ao direito brasileiro, prezando pela tangibilidade. A partir disso é de se imaginar que a transmissão de dados na Grande Rede é, por analogia, considerada como distribuição (não levando em conta a falta de suporte tangível) e, portanto, a autorização destas transferências é um direito exclusivo de quem detém os direitos autorais sobre a obra.⁷¹

2.1.1 A questão do *software*

Muito útil para este estudo é a noção de *software* e sua colocação dentro do ordenamento jurídico. Os programas de computador (*softwares*) tiveram suas primeiras linhas desenvolvidas já com o surgimento do computador na década de 40 do século passado, porém a sua importância aumentou apenas a partir do ano de 1971, com o surgimento do primeiro microprocessador que demandou a criação de

⁶⁸ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 192-193.

⁶⁹ *Idem*, pg. 195.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ *Ibidem*, pg.196.

um sistema operacional que permitisse o seu funcionamento⁷². As versões iniciais deste programa eram de domínio público e financiada pelo governo. Neste mesmo ano Bill Gates e Paul Allen, colegas de classe, desenvolveram a primeira linguagem de *software* destinada a um computador pessoal criando a Micro-soft (grafia original) para comercializar o produto⁷³.

Na redação da lei 9609/1998, *software* pode ser definido como:

“Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados⁷⁴”.

A natureza jurídica dos programas de computador é um assunto controverso dentro universo jurídico. Não há um consenso sobre qual seria essa natureza. Enquanto alguns defendem o *software* com sendo parte da propriedade industrial, a legislação brasileira (na redação do art. 2 da lei do *software*) adotou o regime de proteção da propriedade intelectual para tratar dos programas de computador. Dessa forma a legislação do Brasil trata o *software* como sendo um bem móvel, de natureza intelectual, fruto da criação do espírito⁷⁵.

Outro aspecto importante diz respeito à comercialização do *software*. Este se configura num bem imaterial susceptível à propriedade intelectual contido na esfera dos direitos autorais⁷⁶. Não devemos falar em compra ou venda de *software*, mas sim, em cessão de direitos de usar e fruir, sem a transmissão de um meio

⁷² PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 492

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ Lei 9.909, de 19 de fevereiro de 2008, artigo primeiro.

⁷⁵ ALBUQUERQUE, Adriana H. Velho. *A comercialização de software no Brasil: aspectos relevantes*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 474.

⁷⁶ PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 491.

físico⁷⁷. *Software* não é vendido, mas sim licenciado⁷⁸. A principal forma de comercialização é realizada através da chamada licença de uso. Esta é um instrumento hábil que permite ao usuário utilizar o programa que pertence a seu autor, devendo a licença acompanhar o *software* independente se é um *software* de prateleira ou é um feito sobre encomenda⁷⁹.

Por fim vamos tratar do registro. A lei 9609/1998, nos seus artigos 18 e 19, determinam que para que o *software* esteja protegido, não há a necessidade de que seja registrado. Esta disposição aliada ao alto custo do registro está fazendo com que os criadores de programas de computador não registrem suas obras⁸⁰.

À primeira vista a falta de registro não causaria nenhum problema, já que a lei a dispensa. Entretanto, como os *softwares* são objetos de fácil modificação, o registro seria uma boa saída para garantir os direitos de seu autor. Isto porque, justamente devido a essa facilidade, a pessoa que alterar o programa pode inserir dados inverídicos para deturpar a realidade anterior a alteração.

Posto isso, podemos prosseguir com a apresentação e análise de alguns aspectos dos direitos autorais na Internet.

2.2 O Fair Use

Como já visto, ao se tratar do direito autoral dentro do mundo digital, deve-se balancear os interesses privados (produtores, editores, empresas, o próprio autor) e o interesse público (difusão cultural). Preocupado com essa necessidade e com tese que o conhecimento não pode ser exclusividade de ninguém, os tribunais norte-

⁷⁷ ALBUQUERQUE, Adriana H. Velho. *A comercialização de software no Brasil: aspectos relevantes*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 479.

⁷⁸ PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 491..

⁷⁹ ALBUQUERQUE, Adriana H. Velho. *A comercialização de software no Brasil: aspectos relevantes*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 480.

⁸⁰ *Idem*, pg. 479.

americanos chegaram à conclusão que em devidas circunstâncias, em defesa do desenvolvimento humano, obras poderiam ser utilizadas independentemente de autorização prévia ou posterior do titular do direito⁸¹.

O uso justo (*fair use*), constitui-se em uma das exceções ao direito do autor⁸², e sua aplicação fica vinculada a uma análise de cada caso⁸³. Entende-se que o uso justo permite ao público, sem que haja violação dos direitos autorais:

“Ler, ouvir ou visualizar, privativamente, materiais em geral, que estejam sendo comercializados e protegidos por *copyright*⁸⁴, no site ou remotamente. Navegar na Internet através de materiais comercializados e protegidos por direitos autorais. Fazer experiências com variações de materiais protegidos por direitos autorais, com propósitos de utilização justa, enquanto preservada a integridade do original. Fazer ou ter feito uma cópia de primeira geração para uso pessoal de um artigo ou outra pequena fração de trabalho comercializado e protegido por *copyright*, de um trabalho pertencente a um acervo bibliotecário, com propósitos de estudo, aprendizado ou pesquisa. Realizar cópias transitórias, caso sejam consideradas efêmeras ou incidentais para uma utilização legal e caso sejam retidas apenas temporariamente⁸⁵”.

Uma análise cuidadosa deve ser realizada na aplicação desses preceitos a fim de evitar que a utilização do *Fair Use* tenha um efeito destrutivo em relação aos direitos autorais. A Internet proporciona uma grande facilidade para ganho e troca de informações. Assim o cidadão comum viu na Rede uma grande oportunidade para adquirir conhecimento⁸⁶ e atingir uma maior diversidade cultural, já que a o mundo digital possibilita o acesso a informações dos mais diversos lugares e das mais

⁸¹ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 199.

⁸² Na lei brasileira de direitos autorais, essas exceções vêm descritas no artigo 46 e dizem respeito ao uso para fins educativos e para fins de informação.

⁸³ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 200.

⁸⁴ No que tange a Internet, entende-se internacionalmente que o *copyright* seria o sistema legal a ser utilizado nas relações entre usuários e autores. Isso não quer dizer que outras leis não são aplicadas (como a Diretiva da União Européia e a lei brasileira de direitos autorais).

⁸⁵ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 123.

⁸⁶ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 200.

diferentes culturas. Por outro lado, os empresários perceberam que a Internet possui um grande potencial econômico e viram que a exploração dos direitos do autor dentro da Grande Rede se configura num grande negócio, capaz de aumentar e muito os rendimentos de suas empresas.

Um controle balanceado do ambiente eletrônico, que permita um desenvolvimento econômico ao lado de um crescimento humano e cultural, se torna extremamente necessário para que os benefícios que trazem as novas tecnologias possam ser acessíveis ao público em geral, bem como aos detentores dos direitos autorais⁸⁷. Estes direitos, ao mesmo tempo em que protege e retribui o autor da obra pelo seu empenho, procura difundir a cultura e informação a todos os setores da sociedade⁸⁸.

Para que os direitos autorais possam cumprir este tão importante papel é preciso que os direitos de utilização justa por parte da população sejam mantidos no ambiente eletrônico, mas de uma forma que não gere prejuízos aos interesses dos autores das obras.

2.3 O *Creative Commons*⁸⁹

Uma das alternativas encontradas na discussão entre liberdade de acesso e proteção dos direitos do autor, o *Creative Commons* é uma iniciativa concebida pelo ciberjurista Lawrence Lessig que tem por objeto principal desenvolver licenças jurídicas que possam ser utilizadas por qualquer sujeito que esteja interessado, para que seus trabalhos sejam disponibilizados na forma de modelos abertos⁹⁰. Trata-se de uma empresa sem fins lucrativos que promove meios para que autores,

⁸⁷ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 122.

⁸⁸ TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 200.

⁸⁹ www.creativecommons.org.

⁹⁰ LEMOS, Ronaldo. *Além do software livre: licenciamento de formas colaborativas*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 523.

detentores de direitos sobre sua obra, possam destinar seus trabalhos à livre distribuição⁹¹.

“We use private rights to create public goods: creative works set free for certain uses. Like the free software and open-source movements, our ends are cooperative and community-minded, but our means are voluntary and libertarian. We work to offer creators a best-of-both-worlds way to protect their works while encouraging certain uses of them — to declare “some rights reserved”⁹².”

O *Creative Commons* procura atender os anseios daqueles que não se importam com a divulgação e o uso livre de suas obras. A empresa utiliza um sistema de licenças para permitir esta situação:

“Estas licenças são escritas em três níveis: um nível para leigos, que qualquer pessoa pode entender, explicando no consiste a licença. Um nível escrito para advogados, em que a redação de licença utiliza-se de termos jurídicos, tornando-a válida perante determinado ordenamento jurídico. E um nível técnico, em que a licença é transcrita em linguagem de computador, permitindo que as obras autorizadas sob a mesma forma digital sejam digitalmente ‘marcadas’ com os termos da licença, permitindo que um computador identifique os termos de utilização que determinada obra foi autorizada⁹³”.

Essas licenças podem ser utilizadas para quaisquer espécies de obras passíveis de proteção por direito autoral. Para utilizá-las basta acessar o site da instituição e escolher a licença que mais se aplica às necessidades da obra que se

⁹¹ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 125.

⁹² “Nós usamos direitos privados para criar vantagens públicas: trabalhos criativos livres para determinados usos. Bem como os movimentos do ‘código aberto’ e do software livre, nossos fins são cooperativos e focados na comunidade, enquanto nossos meios são voluntários e libertários. Nós trabalhamos para oferecer aos criadores uma maneira equilibrada para proteger seus trabalhos ao mesmo tempo em encorajamos certas formas de usar estes trabalhos --- isto para declarar ‘alguns direitos reservados’”. (tradução livre). Texto original disponível em <http://creativecommons.org/about/>.

⁹³ LEMOS, Ronaldo. *Além do software livre: licenciamento de formas colaborativas*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 524.

pretende licenciar⁹⁴. Após isso se pode usar dos diversos meios de distribuição para divulgação do trabalho.

São vários os tipos de licenças disponibilizados pelo *Creative Commons*, mas podemos destacar algumas delas. A “Atribuição” é uma licença onde o autor autoriza a cópia, distribuição e utilização da obra, mas ao mesmo tempo, demanda que a obra seja sempre atribuída ao autor original⁹⁵. A licença de “não a obras derivadas” também permite a cópia, distribuição e uso da obra, entretanto, impede que a obra seja utilizada para criação de obras derivadas, isto é, a obra não pode ser reeditada sem expressa autorização do autor, devendo permanecer do mesmo modo em que se encontrava no momento de sua distribuição⁹⁶. Já a licença “vedados fins comerciais”, como o próprio nome suscita, não autoriza a distribuição da obra para obtenção de ganhos comerciais.

A “compartilhamento pela mesma licença” é uma forma de licenciamento, que como todas as outras, autoriza a cópia, distribuição e utilização das obras, mas determina que se a obra for usada para a criação de outras derivativas, estas novas obras devem ser licenciadas da mesma forma que a original, ou seja, usando a mesma licença do *Creative Commons*⁹⁷. Por fim vamos tratar da licença denominada “*sampling*”. Este tipo de licença permite que o autor autorize ou não a livre cópia, distribuição e uso da obra, porém sempre autoriza a utilização parcial da obra, também chamada de “mesclagem”, desde que haja alguma mudança significativa na estrutura da original sendo que o direito de distribuição fica automaticamente transferido para aquele que a obra alterou⁹⁸. Devemos ressaltar que estas licenças podem ser combinadas. Assim uma mesma obra pode ser licenciada utilizando mais de uma forma de licença.

⁹⁴ LEMOS, Ronaldo. *Além do software livre: licenciamento de formas colaborativas*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 526.

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Ibidem*, pg. 527.

⁹⁸ *Ibidem*.

A criação de um modelo como o do *Creative Commons* está intimamente vinculado ao desenvolvimento da tecnologia digital e com a conseqüente “explosão” da Internet juntamente com as mudanças que esta revolução trouxe ao modo de encarar e proteger a propriedade intelectual. Contudo, podemos dizer que uma iniciativa como esta não renega o direito autoral, mas sim, se baseia nas prerrogativas que a legislação dá aos autores, permitindo que estes autorizem a distribuição de suas obras da forma que desejam⁹⁹.

O *Creative Commons* nasceu nos Estados Unidos, mas rapidamente se espalhou pelo mundo. No Brasil, terceiro país a aderir à iniciativa, a instituição funciona com uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas¹⁰⁰, que adapta as licenças ao ordenamento jurídico brasileiro¹⁰¹.

2.4 Software Livre

A idéia de *Software Livre* surgiu em meados da década de 80 do século passado com intuito de se opor à idéia de que para se utilizar um programa de computador, necessariamente, haveria de se pagar por isso. Richard Stallman, pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, irritado com a noção trazida por Bill Gates e pela Microsoft, criou uma forma de licenciamento de *software* que permitia o uso, cópia distribuição e principalmente, permitia que os usuários pudessem alterar e aperfeiçoar o programa sem ter de pedir autorização ao autor original¹⁰².

⁹⁹ LEMOS, Ronaldo. *Além do software livre: licenciamento de formas colaborativas*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 525.

¹⁰⁰ Disponível em <http://creativecommons.org/international/br>. Acesso em 30 de julho de 2008.

¹⁰¹ LEMOS, Ronaldo. *Além do software livre: licenciamento de formas colaborativas*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 525.

¹⁰² PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 496.

O projeto ganhou o nome de Projeto GNU¹⁰³ e para que pudesse ser colocado em prática foi criada a *Free Software Foundation (FSF)*, fundação que dá suporte ao conceito de *software* livre até os dias atuais, mantendo projetos de colaboração com diversas entidades inclusive com a UNESCO¹⁰⁴.

O conceito principal do *Software* Livre e da FSF esta inserido dentro da idéia de liberdade dentro da Rede:

“ ‘Software Livre’ é uma questão de liberdade, não de preço. Para entender o conceito, você deve pensar em ‘liberdade de expressão’, não em ‘cerveja grátis’. ‘Software livre’ se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software. Mais precisamente, ele se refere a quatro tipos de liberdade, para os usuários do software: A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade no. 0) A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade no. 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade. A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade no. 2). A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade no. 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade. Um programa é software livre se os usuários tem todas essas liberdades. Portanto, você deve ser livre para redistribuir cópias, seja com ou sem modificações, seja de graça ou cobrando uma taxa pela distribuição, para qualquer um em qualquer lugar. Ser livre para fazer essas coisas significa (entre outras coisas) que você não tem que pedir ou pagar pela permissão¹⁰⁵ “.

Com isto torna-se importante salientar uma outra notável característica desde movimento. Ao contrário de que podemos vir a pensar, a FSF não se opõe à idéia de exploração comercial de *softwares*. Pelo contrário, a fundação dá liberdade aos seus usuários para que escolham se cobrarão ou não pela distribuição de suas obras¹⁰⁶. A FSF vai contra a idéia de *software proprietário*, ou seja, aqueles que não

¹⁰³ Posteriormente Stallman apresentou o projeto a Linus Torvalds. A união resultou no desenvolvimento do programa operacional *Linux*, um dos maiores concorrentes do *Windows* da Microsoft.

¹⁰⁴ Disponível em <http://www.fsf.org>. Acesso em 04 de agosto de 2008.

¹⁰⁵ Disponível em <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>. Acesso em 07 de agosto de 2008.

¹⁰⁶ *Idem*.

permitem a distribuição, alteração, aperfeiçoamento do programa sem prévia autorização do autor original (geralmente grandes empresas como a Microsoft, Eletronic Arts, entre outras).

Para que a fundação possa alcançar seus objetivos, “o acesso ao código-fonte do programa de computador tornou-se um pré-requisito. *Software livre*, portanto, é aquele cujo *contrato de licença* prevê expressamente tais liberdades¹⁰⁷”. Uma licença de *software livre* deve prever a liberdade de distribuição de cópias, com ou sem modificações, gratuita ou onerosamente, para qualquer pessoa em qualquer lugar, além de permitir ao usuário a possibilidade de fazer modificações sem ter de avisar ninguém em particular¹⁰⁸.

A mais importante das licenças desenvolvidas pela FSF é a chamada *General Public Licence (GPL)*, porém deve-se ressaltar que não é a única. A GPL prevê grandes restrições ao direito de autor além de determinar que o recebimento de um programa licenciado pela mesma enseja que uma redistribuição seja feita sob o mesmo modelo, ou seja, deve-se necessariamente licenciar o programa novamente ou sucessivamente pela mesma licença¹⁰⁹. Trata-se de um documento redigido em inglês que perpetua as chamadas “quatro liberdades” pregadas pela FSF¹¹⁰. Sua utilização depende da sua adaptação ao sistema legal de cada país. No Brasil o Ministério da Cultura trabalhando juntamente com a FSF e com a Fundação Getúlio Vargas, aceitou um texto em português como substituto legal da GPL que ficou conhecido como CC-GNU-GP, porém o próprio texto traz uma ressalva dizendo que o texto é uma tradução não oficial que procura ajudar no entendimento da GPL em português, o que faz com que essa tradução não implique necessariamente em uma compatibilização com o modelo jurídico brasileiro¹¹¹.

¹⁰⁷ PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 500.

¹⁰⁸ *Idem*, pg. 508.

¹⁰⁹ *Idem*, pg. 509.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*, pg. 510.

Entretanto, podemos dizer que o governo brasileiro apóia as iniciativas de *software livre* (isso aliado ao desenvolvimento de novas licenças, do tipo 3.0¹¹², também adaptáveis à realidade jurídica brasileira). Vários estados da federação já apresentam suas legislações próprias em relação ao *software livre*. Em 2004 o Governo Federal lançou um guia de “Migração para o *Software Livre*” concebendo normas para a mudança dos sistemas proprietários¹¹³. Além disso, os principais bancos oficiais, órgãos e empresas estatais de processamento de dados federais, assinaram em agosto deste ano um “Protocolo de Intenção para adoção do *Open Document Format*¹¹⁴ – *ODF*”¹¹⁵, tipo de formato de texto aclamado pela comunidade do *software livre*.

A lei brasileira do *software*¹¹⁶ foi editada num contexto de programas de computador proprietários sendo que seu texto normatiza e conduz questões voltadas principalmente ao aspecto comercial e de propriedade dos direitos do autor¹¹⁷. As licenças de *software livre* também permitem a exploração econômica dos programas de computador, contudo, não a colocam como figura principal ficando ela num patamar inferior ao da liberdade, por exemplo.

Diversas empresas estão cada vez mais criando modelos de negócios sustentáveis e lucrativos baseando-se no conceito de *software livre*. Esta constatação se torna muito importante na luta da FSF, que ao contrário de outras organizações como a *Open Source Initiative*¹¹⁸ (que acredita na coexistência entre

¹¹² Disponível em <http://creativecommons.org/licenses/>. Acesso em 22 de setembro de 2008.

¹¹³ PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 505.

¹¹⁴ O *OpenDocument Format (ODF)* é um conjunto de formatos de arquivos para aplicações de escritório (edição de texto, planilhas, apresentações de slides, banco de dados, manipulação de imagem, etc) desenvolvido para estabelecer um padrão de mercado. Dessa forma, a distribuição desses documentos se torna muito mais prática, já que basta a utilização de programas compatíveis, independente de sistema operacional. Explicação disponível em: <http://www.infowester.com/odf.php>. Acesso em 26 de setembro de 2008.

¹¹⁵ Disponível em <http://www.softwarelivreparana.org.br/modules/news/article.php?storyid=2820>. Acesso em 23 de setembro de 2008.

¹¹⁶ Lei nro. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

¹¹⁷ PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 509.

¹¹⁸ <http://www.opensource.org>

sistemas abertos e proprietários), busca a substituição dos sistemas proprietários por sistemas livres¹¹⁹.

2.5 Digital Rights Management

Para combater essas tentativas de mudança em relação à utilização do fruto da propriedade intelectual na Internet, foi criada a *Digital Rights Management (DRM)*, termo utilizado para se referir a qualquer método de proteção a qualquer conteúdo produzido digitalmente¹²⁰. Trata-se de um termo abrangente, usado para identificar os métodos de garantia de confiabilidade dos negócios na Rede. Nas palavras de Omar Kaminski:

“Tecnicamente, trata-se de um arquivo criado com a marca d'água do autor, que passa por um processo de compreensão, é criptografado e por fim gera uma licença eletrônica. Os privilégios são lidos por um servidor de direitos e utilizados para criar a permissão emitida para o conteúdo. As soluções DRM são normalmente patenteáveis, tendem a trabalhar em uma base fundamentada pela Lei, mas com os direitos expressos como se fossem *metadados*, agregando-se ao conteúdo que está sendo distribuído. A arquitetura da rede exerce e também sofre grande influência¹²¹”.

A tecnologia DRM pode ser considerada a antítese ao conceito de “código aberto” que possibilitou o desenvolvimento de vários modelos colaborativos dentro da Internet, dentro os quais podemos destacar o movimento do *software livre*. Mas há de se destacar a utilização da tecnologia DRM é facultativa¹²².

Novamente nas palavras de Omar Kaminski, vamos conhecer o ciclo de vida de um arquivo protegido por DRM:

¹¹⁹ PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006, pg. 501

¹²⁰ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 111.

¹²¹ *Idem*, pg. 112.

¹²² *Ibidem*.

“Tomemos, por exemplo, uma música em formato digital qualquer: a) nasce o arquivo de música, criado por uma empresa da mídia, embelezado com a marca d'água do detentor dos direitos autorais e comprimido para ‘vão rápido’ através da Internet; b) o arquivo é criptografado e armazenado em um computador – o servidor de conteúdo. O processo de criptografia irá gerar uma licença eletrônica (contendo uma chave para decodificá-lo e um conjunto de regras de negócio) a qual reside outro computador – o servidor de licenças; c) a canção codificada ‘bate suas asas’ em direção ao disco rígido de um usuário. O usuário deve obter um programa de reprodução compatível com o arquivo, mas, sem possuir licença, poderá reproduzir apenas um trecho de 30 segundos da música; d) O arquivo permanecerá inutilizado após decorrido 30 segundos, até que o usuário se inscreva no serviço de mídia que distribui esse conteúdo. Em troca do pagamento, o serviço irá fornecer a licença que habilita o programa de reprodução a executar o arquivo por inteiro, por determinado período ou indefinidamente; e) A chave destrava o arquivo apenas no computador do usuário licenciado. Para reproduzi-lo em um dispositivo portátil ou transferi-lo a um CD, é necessária uma atualização da licença e o pagamento de um valor adicional; f) A canção poderá ser copiada e distribuída *ad infinitum*, assim os amigos do usuário e parceiros de compartilhamento também poderão ouvir o fragmento de 30 segundos. Caso algum deles se torne um assinante do serviço para conseguir executá-la na totalidade, o usuário que a transmitiu poderá obter uma vantagem (desconto); g) Teoricamente, um aplicativo reprodutor que esteja equipado com a tecnologia de gestão de direitos digitais pode rastrear o comportamento do usuário – quais músicas estão no disco rígido, quantas vezes por dia cada uma foi tocada – e enviar as informações de volta ao provedor de serviço. Com base nesses dados, poderá recomendar vídeos, livros e outros produtos relacionados, seduzindo o usuário se atualizar para um serviço ‘mais abrangente’; h) A música se mantém tocável apenas enquanto o usuário continuar pagando pelo valor exigido. Se a subscrição não for renovada, a licença irá expirar, e a chave decodificadora deixará de funcionar. O arquivo entra em dormência até que seja revitalizado por uma nova licença¹²³ “.

O sistema DRM pode ser utilizado em quaisquer negócios com informações consideradas sensíveis ou confidenciais, em que haja necessidade de proteção de bens significativos¹²⁴. Contudo, deve-se ficar atento a possíveis violações da privacidade dos consumidores que possam ocorrer com o uso desmedido do DRM sendo que mecanismos que impeçam isso devem ser criados.

¹²³ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 113-114.

¹²⁴ *Idem*, pg. 115.

Os que se opõe ao DRM atestam que seu uso dificulta a distribuição autorizada pelo *fair use*, que é previsto legalmente na legislação norte-americana¹²⁵. Lawrence Lessig afirma que a utilização da tecnologia DRM em detrimento do chamado “código aberto”, é uma ameaçada não só a liberdade dos usuários, mas também uma ameaça às inovações¹²⁶.

2.6 A legislação e as medidas tecnológicas de proteção do direito do autor (direito comparado)

Em 1998 surgiu nos Estados Unidos o *Digital Millenium Copyright Act*¹²⁷(DCMA), que com o escopo de regulamentar o DRM tornou ilegal o ato de se fraudar um sistema equipado com esta tecnologia, não fazendo distinção entre violação do sistema com intuito de se burlar a lei dos direitos autorais e violação com algum propósito específico¹²⁸. Além disso, o DCMA tornou ilegal a fabricação ou distribuição de dispositivos ou aparelhos criados para violar a tecnologia DRM¹²⁹.

O DCMA regula as relações no mundo virtual com tal rigor que, para que os desenvolvedores e criadores de programas de execução ou utilização, têm de assinar contratos de licença com os criadores de um formato para poder desenvolver qualquer *software* ligado ao formato¹³⁰.

Para os que defendem uma maior liberdade nas relações existentes dentro da Internet, o DCMA se constitui numa lei muito rigorosa, que defende os interesses das grandes empresas exploradoras dos aspectos econômicos vinculados aos direitos autorais. Faz isso, por exemplo, ao atribuir responsabilidade por violação aos

¹²⁵ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 112.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ www.copyright.gov/legislation/dmca.pdf

¹²⁸ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 126.

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

direitos do autor aos provedores de Internet simplesmente pela transmissão de informações protegidas através destes provedores¹³¹. Esta atitude prejudicou diversas instituições de ensino superior nos Estados Unidos e suas bibliotecas digitais, impedindo que os membros da faculdade e os estudantes possam trocar informações e analisar trabalhos dentro do espaço virtual¹³². Apesar disso o DCMA explicitamente diz que suas determinações não podem alterar direitos já consagrados do usuário como, por exemplo, o *fair use*¹³³.

No continente europeu podemos destacar a Diretiva 2001/29/CE. Este documento trata da harmonização de certos aspectos do direito do autor inserido na sociedade da informação e prevê que os Estados-membros da União Européia devem habilitar o direito autoral exclusivo de autorizar a reprodução de certas criações por qualquer meio e sob qualquer forma, em sua totalidade ou apenas parte da mesma¹³⁴. Isto indica a criação de normas específicas que definem o que poderá ser copiado ou não, além de autorização para que o detentor dos direitos autorais possa utilizar qualquer meio hábil para prevenir a violação do direito autoral¹³⁵.

Ainda na competência da União Européia podemos falar da *European Union Copyright Directive (EUCD)*. Assim como o DCMA, o EUCD tornou ilegal a tentativa de violar a proteção contra cópias dos sistemas DRM. A diretiva cria meios que proporcionam aos detentores dos direitos autorais proporem ações para prevenir ou impedir a remoção de DRM. Isto gera uma grande preocupação, já que grosso modo, pode chegar a impedir que professores copiem materiais para seus estudantes ou de fazer usos legítimos de materiais protegidos por direitos autorais¹³⁶.

O Direito brasileiro também apresenta seus dispositivos que tratam das medidas tecnológicas de proteção. É o caso do artigo 107 da lei 9610/1998 que em

¹³¹ Disponível em <http://www.gseis.ucla.edu/iclp/dmca1.htm>. Acesso em 05 de setembro de 2008.

¹³² *Idem*.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000. pg. 132.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ *Ibidem*, pg. 134-135.

seu texto afirma responderá por perdas e danos aqueles que alterarem, suprimirem de qualquer maneira dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras para evitarem ou restringirem sua cópia. Também responsabiliza aquele que suprimir ou alterar sem autorização prévia, qualquer informação sobre os chamados direitos digitais. Procura responsabilizar os que por ventura venham a alterar, suprimir os sinais codificados destinados a restringir a comunicação da obra ao público e por fim responsabiliza quem distribui sem autorização, execuções ou interpretações, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos digitais ou dispositivos técnicos de proteção foram alterados sem autorização.

Mais uma vez nas palavras de Omar Kaminski:

“O Direito hoje está à mercê da tecnologia. A fria letra da lei não é suficiente, pois não acompanha o dinamismo da Era das Redes. A intangibilidade (átomos para *bits*), a *res virtual*, trouxe uma transformação dos conceitos de posse de um bem e, conseqüentemente, em seu valor agregado. A lei pode restringir direitos, mas também garantir certas liberdades: a liberdade de expressão, do livre aprendizado, da transmissão de conhecimentos, do uso justo. Mas o direito à inovação também precisa de seu espaço, sob pena de ficarmos cerceados por plataformas com tendências controladoras e monopolistas¹³⁷”.

A gestão de direitos digitais (DRM) possui um grande potencial econômico. A exploração deste potencial (a qual é realizada em larga escala por grandes empresas ligadas a informática) poderia ser otimizada se a condução dos direitos autorais na Internet fosse mais diligente, respeitando as liberdades pessoais e a privacidade. O balanceamento dos interesses públicos e privados é imprescindível. Ao mesmo tempo em que devemos respeitar e incentivar a proteção da propriedade intelectual dentro do mundo digital temos de ter a consciência que detemos o direito de conhecer as estruturas que dão forma aos direitos autorais, tanto no que diz respeito ao “mundo físico” quanto ao “mundo virtual”. Temos o dever de não violar os direitos do autor, mas possuímos o direito de impedir que um controle excessivo de

¹³⁷ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000, pg. 142.

novas tecnologias baseadas no DRM ponham em risco nossa privacidade e liberdade. É uma questão de consciência tecnológica¹³⁸.

¹³⁸ KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000, pg 143.

Capítulo III – A transformação da criatividade em mercadoria

Com as alternativas apresentadas no capítulo anterior, e com as colocações feitas previamente neste mesmo estudo percebemos que o atual sistema que trata dos direitos autorais não oferece uma proteção efetiva ao fruto da criação intelectual do homem.

Parte disso pode ser explicado pela maneira que a propriedade intelectual vem sendo encarada com o advento de novas tecnologias e com as mudanças sociais provocadas pela ascensão da sociedade da informação. Nesse contexto, a criatividade do autor fica vinculada às necessidades de consumo que possam vir a surgir. Melhor dizendo, a criatividade fica restrita ao que o mercado e as grandes empresas determinam. O que se pretende proteger não é o autor e a necessidade que este possui de ser remunerado para que possa continuar com seu trabalho, mas sim, a maior preocupação está em evitar que um bem, que por mais que seja fruto da criação de uma pessoa que dedicou tempo para que pudesse algo surgir, não possa produzir riqueza devido à violação dos direitos autorais. “Isto implica que os objetivos empresariais do Direito de Autor sejam cada vez mais nítidos, e o significado do criador intelectual cada vez mais modesto¹³⁹”. Percebemos então que um sistema eficiente de proteção do direito do autor, antes de efetivamente procurar proteger o próprio autor, se torna num pré-requisito para a sobrevivência de certos setores da indústria atual e importante alicerce para um eventual surgimento de outros setores¹⁴⁰.

De acordo com Sérgio Staut Júnior:

“Paralelo ao desenvolvimento da tecnologia e de sua ligação com a racionalidade econômica que, em muitos aspectos, conforme foi explicado, reforça a lógica da indústria cultural, submetendo o autor e as criações artísticas, científicas e literárias aos parâmetros das relações de consumo, é possível perceber a elaboração e a divulgação de mais um discurso de verdade. Esse discurso pode ser chamado de ‘discurso das novas

¹³⁹ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, pg. 9.

¹⁴⁰ *Idem*, pg. 8.

tecnologias e do fim dos direitos autorais' e é produzido pelo discurso tradicional dos direitos autorais¹⁴¹”.

Ainda nas palavras do professor:

“Na linha desse discurso, a explosão de novos meios técnicos que permitem com maior facilidade a reprodução de obras artísticas, científicas e literárias, bem como a obtenção não onerosa de bens culturais e outras formas novas de transmissão das atividades intelectuais, que não estão propriamente regulados pelos direitos autorais e que, por isso, não estão integrados perfeitamente ao sistema, fazem com que a regulação da titularidade e da distribuição do resultado econômico da autoria esteja em crise¹⁴²”.

O que o professor quis dizer é que esse discurso, que prega o fim dos direitos autorais com o surgimento das novas tecnologias, está preocupado na verdade não com a tutela do autor e as repercussões que ela traz para própria atividade intelectual, mas sim com o impacto econômico que este desrespeito aos preceitos legais que regulam a propriedade intelectual dentro do meio digital, por exemplo, possa vir a causar dentro da chamada indústria cultural¹⁴³.

Desta forma, como identifica José de Oliveira Ascensão:

“O saber transforma-se em mercadoria, o conhecimento livre transforma-se em bem apropriável. É cada vez mais objeto de direitos de exclusivo, que são os direitos intelectuais. Estes, por sua vez, são cada vez mais dissociados dos aspectos pessoais para serem considerados meros atributos patrimoniais, posições de vantagem na vida econômica. A mercantilização geral do direito intelectual é um fato. E uma manifestação flagrante está no fato de a entidade que é hoje decisiva na disciplina dos direitos intelectuais não ser nem a Unesco nem a OMPI, mas a OMC¹⁴⁴”.

Estamos assistindo, pelo menos no que diz respeito ao direito autoral, o surgimento de um direito marcadamente econômico com feições tecnológicas. O

¹⁴¹ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações sociais*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2006, pg. 207-208.

¹⁴² *Idem*, pg. 209

¹⁴³ *Ibidem*, pg. 207-213.

¹⁴⁴ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Sociedade de Informação e mundo globalizado*. In: WACHOWICZ, Marcos. *Propriedade Intelectual & Internet*. Marcos Wachowicz (coord.) Curitiba: Juruá, 2002, pg. 22-23.

problema reside no fato de o autor, seja ele artístico, literário, etc., não representar o centro das destinações normativas¹⁴⁵. Cada vez mais se torna um mero figurante diante dos desenvolvimentos da inteligência artificial, sendo que no moderno direito sobre a propriedade intelectual antes dos interesses do autor, pessoa criadora da obra pelo uso da sua liberdade de pensamento, importa os interesses das empresas operadoras no mercado da informação e comunicação¹⁴⁶. “De direito da criação literária e artística o direito de autor transforma-se num direito de regulação dos mercados dos bens culturais, que tendem a ser considerados bens de consumo como os demais¹⁴⁷”. A Internet traz consigo a transformação do direito de autor em bem de consumo, sendo que o autor passou a ser um mero sujeito dentro do mercado da informação que as empresas exploram¹⁴⁸.

Percebemos assim que o sistema básico de proteção legal destinada ao autor, que é formado por uma estrutura (direitos patrimoniais e morais), um fundamento (a criação), um objetivo (proteção do autor), e uma clara função (incentivo à continuidade do trabalho do autor e um conseqüente desenvolvimento cultural)¹⁴⁹, encontra-se submetido à vontade daqueles que riqueza conseguem produzir com o advento da tecnologia virtual e com o advento da era da informação (já que esta não existe sem aquela).

Estando a sua proteção atrelada à vontade do mercado, a criatividade do autor se encontra da mesma forma. Fato fácil de se perceber, principalmente se tratarmos da indústria fonográfica. Se algo é aceito pelos consumidores logo surgem diversos outros artistas, que amparados pelas grandes gravadoras, repetem aquela mesma forma de música ou mesmo estilo de cantar. É a repetição da forma do que está vendendo, o que faz com que a “criação do espírito”, a vontade de criar do músico, ou até mesmo simplesmente o que ele deseja cantar, fique diretamente

¹⁴⁵ PEREIRA, Alexandre Dias. *O código de autor e a Internet*. Disponível em http://www.verbojuridico.net/doutrina/autor/cda_internet.pdf. Acesso em 25 de julho de 2008.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ *Ibidem*, pg. 12

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações sociais*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2006, pg. 223.

conectado com o que a indústria espere o que ele faça. Não se fala aqui em liberdade de criação, mas sim, em adaptação àquilo que é largamente consumido.

O direito autoral, da forma que está encarado hodiernamente coaduna com esta descrição, pois ao privilegiar a indústria cultural, a qual trata o saber do autor como mera mercadoria, legitima esta forma de produção cultural aprisionando a criatividade do autor em modelos pré-estabelecidos.

“Ao refletir sobre os direitos autorais em um contexto de indústria cultural o que se observou foi que por trás de uma suposta autonomia e liberdade formal do autor e dos vínculos jurídicos abstratos contratuais, os vínculos concretos entre autor, indústria cultural e sociedade são determinados por essa indústria e tendem a conformar a criatividade do autor, a imagem desse sujeito, sua própria identidade e aquilo que será produzido. Com isso, produtor e produto comparecem no mercado em forma de mercadoria. O autor, a sua subjetividade, o produto de seu trabalho e a própria sociedade, são administrados, em certa medida, pela indústria cultural¹⁵⁰”.

Isso decorre, em grande parte (como já citado anteriormente), do fato de o direito ao tratar desta questão, focar-se exclusivamente em aspectos jurídicos, deixando outros fatos do convívio social de fora de suas considerações. As relações sociais ficam, portanto, limitadas pela forma jurídica, não se valendo dos inúmeros vínculos não jurídicos, porém normativos, que regulamentam essas relações, principalmente no que tange o entrelaçamento entre autores, produtores e a sociedade¹⁵¹. Uma grande falha já que em muitos casos estes vínculos sociais reforçam os jurídicos.

Assim, verifica-se que na construção dos fatos jurídicos algumas dessas relações sociais são consideradas e outras não, ou seja, o Direito acolhe o que lhe parece relevante deixando de lado as demais manifestações. Desta maneira

¹⁵⁰ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações sociais*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2006, pg. 226.

¹⁵¹ *Idem*, pg. 225.

privilegia alguma manifestações em detrimento de outras, fato evidenciado pelos direitos autorais onde algumas atividades são estimuladas e outras não¹⁵².

Além desta problemática exposta, o advento da sociedade da informação e a transformação do saber e da criatividade do autor em mercadoria geram um outro grave problema: o distanciamento dos que possuem acesso à informação dos que não tem esse acesso.

“O acesso à informação é requisito principal para se falar em desenvolvimento. E o desenvolvimento passa necessariamente pela educação. Um já não pode existir sem o outro. Mas será que podemos falar em ‘conhecimento democrático?’ O adjetivo mais correto seria ‘democratizante’, pois o que é facilitado é a disseminação e não o acesso ao conhecimento. A Internet e o computador são acessíveis apenas para quem pode pagar por eles. O que acentua mais a diferença entre ricos e pobres¹⁵³”.

A amplitude alcançada na produção e circulação das informações nos meios digitais faz com que o direito à informação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ganhe novos contornos e traga consigo novas indagações, como por exemplo, se o surgimento de uma nova tecnologia sempre trará junto com a sua inovação, a idéia de divisão entre quem a possui ou não¹⁵⁴?

A restrição no recebimento e transmissão de informações, independente do meio, mas, principalmente quando se trata do meio virtual (Internet), afetam não somente o direito à informação, mas também o próprio direito à liberdade do cidadão. “Na medida em que a pessoa tem o direito de participar livremente da vida

¹⁵² STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações sociais*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2006, pg. 228. Sobre esta questão de incentivo, Lawrence Lessig, fundador do *Creative Commons*, faz uma interessante colocação de como as Cortes dos Estados Unidos dão tratamento diferenciado a certos setores da indústria do país, como por exemplo, o tratamento dado a “indústria de *Hollywood*”. Vide LESSIG, Lawrence. *A regra dos direitos autorais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002.

¹⁵³ MARZOCHI, Marcelo de Luca. *Direito.br: aspectos jurídicos da Internet no Brasil*. São Paulo: LTr, 2000, pg. 59.

¹⁵⁴ WACHOWICZ, Marcos, *Os direitos da informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 43.

cultural e do progresso científico e seus benefícios, o Estado deve ser chamado para superar essa brecha¹⁵⁵”.

Apesar do grande crescimento do número de usuários nos últimos anos, corre-se o risco de ser criada uma “democracia digital” baseada no modelo ateniense de cidadania, onde se é exigido um certo *quantum* de cultura e renda para participar¹⁵⁶.

Com a apresentação de todos estes aspectos, o que se espera não é uma destruição dos direitos autorais, e sim uma mudança de pensamento em sua relação. A regulamentação da Internet, assim como de qualquer parte das relações humanas, é extremamente necessária para que possa se aproveitar toda a potencialidade dela. A liberdade sem limites se esvazia.

Mais uma vez nas palavras do professor Staut:

“Percebe-se, por fim, que toda a construção moderna da regulação da atividade autoral, fruto de um passado recente, encontra-se em um momento de crise, por se mostrar insuficiente e pela ausência de alternativas. Em certo sentido, uma leitura do passado, que pontue as rupturas e observe as diferenças com o estabelecido e juridicamente regulado no presente, permite pensar na possibilidade de um outro futuro. A mudança nas relações do autor com seus direitos, entretanto, pressupõe, um exercício de desconstrução, um ‘des-pensar’ o Direito, que se inicia com reflexões que transgridam com aquilo que está posto, como ocorria com a circulação de livros proibidos ou ‘filosóficos’ no *Anciën Régime*¹⁵⁷”.

O que se pretende não é tornar a Grande Rede um território livre, sem lei, onde tudo se possa fazer, onde não se precise respeitar os direitos daqueles que dispuseram tempo de suas vidas para a realização de uma obra. Muito pelo contrário, a proteção oferecida pelo direito autoral tem que continuar existindo. É a forma como vem sendo feita que traz muitos problemas. Torna-se necessário

¹⁵⁵ WACHOWICZ, Marcos, *Os direitos da informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002. pg. 43.

¹⁵⁶ MARZOCHI, Marcelo de Luca. *Direito.br: aspectos jurídicos da Internet no Brasil*. São Paulo: LTr, 2000, pg. .60;

¹⁵⁷ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações sociais*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2006, pg. 230.

repensar a estrutura dos direitos autorais de modo que ele consiga prestar uma efetiva tutela ao autor. Sim, este o ponto fundamental. É preciso que o autor seja colocado no centro novamente e que sua criatividade não seja encarada como um bem de consumo. Só dessa forma o autor poderá ter seu trabalho respeitado gerando conseqüentemente um desenvolvimento cultural. A principal tarefa do Direito é encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de proteção do autor e o direito à informação dos usuários da Internet. Além de tudo isso, precisamos de um Direito que seja flexível o bastante para acompanhar as mutações sociais e os avanços tecnológicos. Percebe-se de pronto que a tarefa não é fácil.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Adriana H. Velho. *A comercialização de software no Brasil: aspectos relevantes*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006.

AMAD, Emir Iscandor. *Contratos de software “shrinkwrap licences” e clickwrap licences*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

_____, José de Oliveira. *Sociedade da informação e mundo globalizado*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002.

_____, José de Oliveira; OLIVEIRA, Mauricio Lopes de. *Cadernos de direito e Internet: os actos de reprodução no ambiente digital. As transmissões digitais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ATHENIENSE, Alexandre. *Internet e o Direito*. Belo Horizonte: Inédita, 2000.

CARVALHO, Luis Gustavo G. Castanho de. *Direito de informação, liberdade de expressão e Internet*. In: SILVA JR., Roberto Roland Rodrigues (coord.). *Direito & Internet: reflexões doutrinárias*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2001.

CERQUEIRA, Tarcisio Quieroz. *A regulamentação da Internet no Brasil: O Direito no ciberespaço*. In: CERQUEIRA, Tarcisio Queiroz; IRIARTE, Erick; MORENA, Marcio (organizadores). *Informática & Internet: Aspectos legais internacionais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2001.

CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2000.

KAMINSKI, Omar. *Introdução à gestão de direitos digitais*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2000.

LEINER, Barry M.; CERF, Vincent G.; CLARK, David D.; KAHN, Robert E.; KLEINROCK, Leonard; LYNCH, Daniel C.; POSTEL, Jon; ROBERTS, Larry G.; WOLFF, Stephen. *A Brief History of The Internet*. Tradução: www.aisa.com.br. Disponível em www.aisa.com.br/historia.html. Acesso em: 22 de setembro de 2008.

LEMO, Ronaldo. *Além do software livre: licenciamento de formas colaborativas*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Informática, cyberlaw e e-commerce*. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO. *Direito e Internet: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

MACHADO, Cynthia S. F. *Software e privacidade: uma defesa do código fonte aberto na preservação do direito constitucional na vida privada*. In: CERQUEIRA, Tarcisio Queiroz; IRIARTE, Erick; MORENA, Marcio (organizadores). *Informática & Internet: Aspectos legais internacionais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2001.

MARZOCHI, Marcelo de Luca. *Direito.br: aspectos jurídicos da Internet no Brasil*. São Paulo: LTr, 2000.

NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. *The Digital Dilemma: Intellectual Property in The Information Age*. Washington, 2000.

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e Internet – Liberdade de informação e responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2002.

PAULON, Rosana Marques. *A propriedade intelectual na Internet: aspectos tributários*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002.

PEREIRA, Alexandre Dias. *O código de autor e a Internet*. Disponível em http://www.verbojuridico.net/doutrina/autor/cda_internet.pdf. Acesso em 25 de julho de 2008.

PESSERL, Alexandre; KAMINSKI, Omar. *Software Livre: leis visíveis, código aberto*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006.

PINZÓN, Fernando Fuentes. *Por medio de cual rama jurídica debe protegerse al software*. In: CERQUEIRA, Tarcisio Queiroz; IRIARTE, Erick; MORENA, Marcio (organizadores). *Informática & Internet: Aspectos legais internacionais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2001.

RESINA, Jane. *Desmistificação da Internet para advogados*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006.

ROJAS, Cláudio Ossa. *Regulacion de contenidos en Internet. Transcendência de los tratados Internet de la OMPI*. In: CERQUEIRA, Tarcisio Queiroz; IRIARTE, Erick; MORENA, Marcio (organizadores). *Informática & Internet: Aspectos legais internacionais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2001.

ROVER, Aires J.; WINTER, Djônata. *A revolução tecnológica digital e a proteção da propriedade intelectual*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá. 2002.

SETTE, Luiz Augusto Azevedo. *E o software?* In: TORQUATO, Cid (coord.). *E-dicas: Desvirtualizando a nova economia*. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

SILVA JR., Roberto Roland Rodrigues. *Direito & Internet: reflexões doutrinárias. Uma introdução*. In: SILVA JR., Roberto Roland Rodrigues (coord.). *Direito & Internet: reflexões doutrinárias*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2001.

STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações sociais*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2006.

TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O direito autoral e a reprodução, distribuição e comunicação de obra ao público na Internet*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salva. *Direito civil: direitos reais*. São Paulo: Atlas, 2007. – (Coleção direito civil; v. 5)

VOLPI, Marlon Marcelo. *Um Contrato Social para a Internet*. In: BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). *Manual de Direito Eletrônico e Internet*. São Paulo: Lex Editora, 2006.

WACHOWICZ, Marcos, *Os direitos da informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. In: WACHOWICZ, Marcos (coord.). *Propriedade Intelectual & Internet*. Curitiba: Juruá, 2002.